

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MONOGRAFIA**

NATÁLIA POLETTO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
ECONOMICAMENTE VULNERÁVEL**

**PASSO FUNDO
2016**

NATÁLIA POLETTO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
ECONOMICAMENTE VULNERÁVEL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Julcemar Bruno Zilli

PASSO FUNDO

2016

NATÁLIA POLETTO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
ECONOMICAMENTE VULNERÁVEL**

Monografia aprovada em 26 de novembro de 2016, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas no curso de Ciências Econômicas da Universidade de Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Dr. Julcemar Bruno Zilli
Orientador – UPF

Prof. Me. Luis Antônio Sleimann
Bertussi
Banca – UPF

Prof. Dr. Eduardo Belisário Finamore
Banca – UPF

PASSO FUNDO

2016

AGRADECIMENTOS

Neste momento, não só voltam as lembranças do ano em que realizei este estudo, mas também as lembranças dos quatro anos de faculdade. Ao longo deste tempo frequentando a Universidade de Passo Fundo, pude conhecer muitas pessoas, todas elas, com certeza, irão ficar guardadas em minhas lembranças, e lhes agradeço por terem participado destes momentos.

Contudo, há algumas pessoas que o obrigado precisa ser especial. Em primeiro lugar, minha família, minha base. Obrigada pelo apoio em todos os momentos, por comemorarem comigo as vitórias e se preocuparem junto comigo nos momentos difíceis. Muito obrigada!

A toda a turma, e em especial ao meu grupo, Tainara, Emerson e Régis, por terem vivido comigo todos estes momentos. Por terem me acalmado nos momentos difíceis e pelas ajudas nos momentos em que solicitei. Enfim, por terem feito parte da minha vida e me permitido fazer parte da vida de vocês. Muito obrigada!

A todos os professores pelos seus ensinamentos, tenho a certeza que nossa formação como profissionais vai levar um pouco de cada um de vocês. De forma especial, ao meu orientador professor Julcemar Bruno Zilli, por todo o conhecimento compartilhado e pelo apoio na realização deste trabalho, admiro muito o profissional que és. Muito obrigada por tudo!

Enfim, a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e me apoiaram nesta conquista, meu imenso muito obrigada!

“The difficulty lies not so much in developing new
ideas as in escaping from old ones.”
(John Maynard Keynes)

RESUMO

POLETTO, Natália. **Perfil socioeconômico da população brasileira economicamente vulnerável**. Passo Fundo, 2016. 55f. Monografia (Curso de Ciências Econômicas). UPF, 2016.

Este trabalho tem como objetivo encontrar o perfil socioeconômico da população brasileira em situação de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade econômica. Desta forma, foram utilizados os dados de idade, sexo, raça, escolaridade, estado civil e estado em que residem da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014. Os resultados encontrados foram que em sua maioria estas parcelas da população são jovens menores de idade, mulheres, de cor parda, solteiras, com menos de um ano de escolaridade e residentes no estado da Bahia. Resultados como estes podem ser de extrema valia para políticas públicas mais eficientes.

Palavras-chave: Vulnerabilidade econômica. Extrema pobreza. Socioeconômico.

ABSTRACT

POLETTO, Natália. **Perfil socioeconômico da população brasileira economicamente vulnerável**. Passo Fundo, 2016. 55f. Monografia (Curso de Ciências Econômicas). UPF, 2016.

This study objective to find the socioeconomic profile of the Brazilian population in vulnerability and extreme economic vulnerability. This way, were used the data of age, sex, race, education, marital status and state in which they reside of the National Household Sample Survey of 2014. The results found were that the majority of these portions of the population are young people under age, women, brown breed, single, with less than one year of schooling and residents in the state of Bahia. Results such as these can be of extreme value for more efficient public policies.

Keywords: Economic vulnerability. Extreme poverty. Socioeconomic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP - Paridade do Poder de Compra

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pobreza - Sexo	44
Tabela 2 - Extrema Pobreza – Sexo	45
Tabela 3 - Pobreza - Estado Civil.....	49
Tabela 4 - Extrema Pobreza – Estado Civil	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pobreza e Extrema Pobreza - Unidade Federativa	41
Figura 2 - Pobreza extrema na Bahia é o dobro da média Brasil	42
Figura 3 - Pobreza e Extrema Pobreza – Idade	43
Figura 4 – Pobreza e Extrema Pobreza – Cor ou Raça	46
Figura 5 – Pobreza e Extrema Pobreza - Anos de estudo	48
Figura 6 – Pobreza e Extrema Pobreza – Natureza da União	50
Figura 7 - Pobreza - Faixa de idade que começou a trabalhar	51

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1	IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO	13
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivos gerais	14
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	14
2.	REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1	POBREZA	16
2.1.1	Pobreza Absoluta	17
2.1.2	Pobreza Relativa.....	18
2.2	DESIGUALDADE	19
2.2.1	Desigualdade brasileira e sua evolução histórica	21
2.3	FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO	24
2.4	LINHA DE POBREZA	25
2.4.1	Linha de pobreza e a diversidade territorial brasileira	27
2.5	CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	28
2.6	TRABALHOS EMPÍRICOS	30
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	33
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	35
3.3	PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	35
3.4	VARIÁVEIS DE ESTUDO	37
3.5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	39
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1	UNIDADE FEDERATIVA	40
4.2	IDADE	43
4.3	SEXO	44
4.4	COR ou RAÇA.....	45
4.5	ESCOLARIDADE	47
4.6	ESTADO CIVIL	48

4.7	TRABALHO.....	50
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

No início das relações humanas os indivíduos se alimentavam e sobreviviam do que encontravam na natureza. Com a evolução da espécie, aprendeu-se a cultivar diferentes produtos, e as necessidades de sobrevivência foram aumentando. Uma pessoa não era capaz de produzir muitos produtos, dando assim início às trocas. Por muito tempo as sociedades viveram desta forma, cada um produzia um ou alguns produtos, consumia o necessário e o excedente trocava com outras pessoas por produtos que ela não tinha.

Porém, chegou-se a um dado momento em que estas trocas não estavam mais sendo eficientes, era necessária uma mudança nesta forma de comércio. É neste momento que os metais preciosos começam a ser usados como moeda. As mudanças seguiram ocorrendo até as relações comerciais atuais, onde as trocas são realizadas através do papel-moeda.

E quando se olha ao passado, também é possível ver que desde as primeiras civilizações existiam pessoas com mais dinheiro e posses e pessoas com menos. E isso, era sinônimo de poder entre as pessoas. Senhores feudais e camponeses, burguesia e proletariado, enfim, ricos e pobres. Séculos se passaram, as nomenclaturas mudaram, mas a diferença ainda existe. Diferentes classes de pessoas e uma sociedade desigual, econômica e socialmente.

Isso posto, foca-se agora a atenção à população brasileira e estas classes sociais. Mais especificamente, as classes sociais mais baixas, onde os indivíduos integrantes encontram-se em vulnerabilidade econômica, sendo consideradas pessoas pobres.

Pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade econômica (pobreza), infelizmente ainda é realidade no Brasil. Em 2014 a pobreza atingia 7,3% da população brasileira (BRASILa, 2015), o que em números absolutos refere-se a 14,8 milhões de pessoas.

A pobreza, de forma geral, pode ser compreendida como uma condição de falta ou carência de algo. Na maioria das vezes, estes fatores faltantes estão ligados a rendimentos monetários. Isso pois, na atualidade, o dinheiro é o maior meio de troca para a aquisição de tantas outras coisas, sejam elas imprescindíveis a

manutenção da vida ou relacionados a questões socioculturais. Fato este, que traz a renda como o principal elemento a ser analisado quando da definição de vulnerabilidade econômica.

A pobreza tem um amplo conceito, e por isso algumas ramificações. Há quem entenda que a pobreza está ligada única e exclusivamente a questões materiais, e quem considere que se trata de adversidades mais subjetivas. A classificação ainda segue em pobreza absoluta ou relativa, sendo que a primeira está mais ligada a itens básicos a sobrevivência, enquanto que a segunda se refere a questões de nível socioeconômico do meio em que se está inserido.

Juntamente com a discussão sobre a pobreza, há a discussão da desigualdade. Estas são questões que se complementam, pois as sociedades com mais pobreza – de forma absoluta – são também as mais desiguais.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO

Pessoas carentes de alimento, de vestuário, de condições mínimas de sobrevivência, enfim, pessoas pobres. Estes são os indivíduos que se encontram em condição de vulnerabilidade, não só econômica mais também social. E não são poucas, só no Brasil são milhões. Por este motivo, é de extrema relevância estudar todas as variáveis ligadas a esta questão.

Há alguns anos, o governo brasileiro, em conjunto com órgãos internacionais, vem mantendo programas sociais de combate à pobreza e a extrema pobreza, através de vales, subsídios e complementos de renda, porém, ainda estão longe de erradicá-la.

Em razão disto, pretende-se realizar um estudo para compreender o perfil socioeconômico das pessoas que ainda se encontram nesta situação. Com o intuito de auxiliar assim, futuras políticas, cada vez mais específicas, para combater a pobreza, retirar as pessoas da situação de vulnerabilidade, e trazer condições de vida mais dignas a esta parcela da população.

Desta forma, tem-se como questão principal do estudo: qual o perfil socioeconômico da população brasileira vulnerável economicamente? As conclusões para se chegar a esta resposta se encontram no decorrer do trabalho.

1.2 OBJETIVOS

Esta seção tem a finalidade mostrar quais os objetivos deste trabalho. A mesma está dividida em mais duas partes, sendo elas os objetivos gerais e os objetivos específicos. Sua intenção é situar o leitor sobre o que realmente se buscará com o presente estudo.

1.2.1 Objetivos gerais

Analisar o perfil socioeconômico da população em situação de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade econômica no Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos do estudo pretende-se:

- a) Encontrar o perfil socioeconômico desta população através das seguintes variáveis: raça, sexo, idade, estado civil e escolaridade;
- b) Subdividir os perfis encontrados em regiões, verificando se existem diferenças regionais dentro do país.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Dado todos os limitantes deste projeto monográfico, o mesmo se divide, além deste capítulo primeiro que é a introdução, em mais quatro partes. O seguinte, intitulado revisão de literatura, irá trazer uma maior explicação teórica sobre o tema abordado. Os procedimentos metodológicos, capítulo três, explanará sobre como se

realizou trabalho. O capítulo quatro trata dos resultados alcançados no estudo, e por fim, no capítulo cinco, discorre-se sobre as considerações finais do referido.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo serão apresentadas algumas definições de expressões chaves para o entendimento do trabalho. Sejam elas, os diferentes tipos de pobreza existentes, assim como o apontamento da que será utilizada; desigualdade; a definição da linha de pobreza e alguns comentários sobre as variáveis da população que serão analisadas.

Desta forma, o presente capítulo segue com os itens que tratam da pobreza no âmbito mais geral, 2.1, 2.1.1 conceituando pobreza absoluta, 2.1.2 conceituando pobreza relativa, 2.2 abordará a desigualdade, 2.2.1 mostrará a evolução da desigualdade brasileira, 2.3 formas de classificação, 2.4 definição da linha de pobreza que será utilizada, 2.4.1 linha de pobreza e a diversidade territorial brasileira, 2.5 que tratará das características socioeconômicas que serão utilizadas durante o trabalho, e por fim, o item 2.6 sobre os trabalhos empíricos relacionados.

2.1 POBREZA

O estudo da pobreza (vulnerabilidade econômica) é muito antigo e muito amplo, podendo ser analisadas as causas pelas quais as pessoas se encontram nesta condição, quais seriam os caminhos para superá-la, quais as condições materiais destas pessoas, como se sentem na forma mais subjetiva, enfim, inúmeras podem ser as ramificações para um estudo com esta camada da população.

Mas para isso, é primordial que conheçamos de forma mais profunda seu significado e suas diferenças. No âmbito mais geral, pobreza remete a um conjunto de carências ou escassez de algo (FREITAS, 2010). “A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família” (KAGEYAMA, HOFFMANN, 2006, p. 80). Similarmente, Rocha (2003, p. 9-10) definiu a pobreza como “um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”.

A vulnerabilidade econômica é debatida desde o século XIX, onde na Europa e nos Estados Unidos já se mapeavam as cidades com informações sobre as pessoas pobres. (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Deste o princípio, esta análise situava-se em questões alimentares e de extrema necessidade para a sobrevivência humana. Com o passar do tempo, outros itens foram incluídos como básicos, gerando divergência de pensamento entre os autores do tema.

Devido a isto, não existe um conceito universal de pobreza, mas sim, linhas de pensamento de diferentes vertentes sobre a pobreza.

Já tendo então esta primeira noção geral de pobreza, é necessário agora que se entre mais a fundo em duas de suas subdivisões: pobreza absoluta e pobreza relativa, que serão conceituadas e diferenciadas a seguir.

2.1.1 Pobreza Absoluta

A pobreza em seu sentido absoluto está ligada a falta de recursos mínimos para satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência de um indivíduo. O termo pobreza absoluta foi utilizado pela primeira vez por Rowntree (FREITAS, 2010). Costa (1984, p. 276) elucida a definição do próprio pioneiro da expressão

Rowntree, autor que se tornou clássico pelos seus estudos sobre a pobreza em York, definiu o padrão absoluto de pobreza como a despesa mínima necessária à manutenção da saúde meramente física (1901), ou seja, à alimentação, vestuário, combustível, renda (de casa) e uma rubrica de necessidades essenciais diversas. Mais precisamente, Rowntree considerou estar em pobreza primária as famílias cujos rendimentos totais fossem insuficientes para obter o minimamente necessário à manutenção de eficiência meramente física.

Mesmo com o passar dos anos o significado do termo permanece igual, alguns autores, porém, acrescentam alguns itens para a manutenção das condições mínimas de vida, como, por exemplo, a inclusão da saúde feita por Mata (1979, p.107-108) “[...] envolve a noção de mínimo necessário à subsistência [...] uma dieta básica, medida geralmente em calorias, acrescida de outros gastos indispensáveis, tais como saúde, transporte e vestuário”.

Dentro desta população que possui rendimentos financeiros apenas suficientes para suprirem suas necessidades básicas, existem aquelas que nem conseguem obter estes elementos principais. É a população que se encontra na linha de indigência ou em extrema vulnerabilidade econômica (extrema pobreza). Seus rendimentos financeiros são suficientes apenas para adquirir alimento, não conseguindo alcançar os demais itens. “A linha de indigência considera as pessoas que conseguem adquirir, com sua renda monetária, uma cesta de alimentos com a quantidade de calorias mínimas para sua sobrevivência” (LOUREIRO; SULIANO, 2009, p. 4).

Estes conceitos de pobreza absoluta e, dentro dela, de indigência, fazem sentido em países pobres e em desenvolvimento, onde ainda é fundamental a questão da sobrevivência. (LOUREIRO; SULIANO, 2009). Devido a isto, infelizmente, ainda ser a realidade do Brasil, será o conceito seguido no restante do trabalho. Todavia deve-se entender antes, qual a outra ramificação de pobreza.

2.1.2 Pobreza Relativa

A pobreza relativa, como o próprio nome já sugere, tem relação com a sociedade na qual está inserida. Esta, ao contrário da pobreza absoluta, não está ligada a questões unicamente de subsistência. Traz consigo questões mais subjetivas, que dizem respeito a cultura e aos costumes da comunidade em que está inserida.

Como expõe Rocha (2003, p. 9-10), a pobreza relativa “depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive”.

Esta inferência sobre o ‘padrão de vida’ (grifo nosso), também é trazida por Mata (1970), e diz respeito a questões sociais dos indivíduos em relação a sociedade. Por estar relacionada a cultura e aos padrões de uma comunidade, a pobreza relativa é diferente em cada lugar (LOUREIRO, SULIANO, 2009). Este conceito faz mais sentido em economias já desenvolvidas, onde não se encontram mais problemas de indigência ou pobreza absoluta.

O conceito relativo de pobreza foi uma questão já pensada por renomados autores, há muito tempo atrás.

Não se trata de um conceito verdadeiramente novo. Diversos autores salientam este facto, recorrendo sobretudo ao que Adam Smith afirmara já na sua obra Riqueza das Nações: por necessidades entendo não só os bens essenciais ao sustento da vida, mas o que o costume do país considera inaceitável que as pessoas dignas, até dos estratos mais baixos, não possuam (SMITH (1776) apud COSTA (1984, p. 280)).

Além disso, seu conceito foi estabelecido para que não fosse confundida com a pobreza em seu âmbito absoluto.

Todavia, a noção de pobreza relativa terá, possivelmente, reaparecido como exigência metodológica à medida que crescia a percepção da pobreza nos países industrializados. [...] passou a reconhecer-se que a pobreza persistia em países aparentemente ricos, como a Suécia e a Alemanha Ocidental, e as estratégias de combate à pobreza tornaram-se objeto de discussão, quer no interior dos países quer em instâncias internacionais. Porém, para que se pudesse falar de pobreza na Europa, numa altura em que outras parcelas do globo eram devastadas pela fome, impunha-se uma mudança de perspectiva, uma passagem de padrões absolutos para o conceito de relatividade (THON, 1977, p. 3; GEORGE, 1973, p. 40 apud COSTA, 1984, p.280-281).

Desta forma, pode-se perceber que ambas as bifurcações da pobreza são realmente um problema, e trazem a exclusão social das pessoas que as pertencem. Cada uma delas é mais ou menos importante, vai depender do local de análise.

2.2 DESIGUALDADE

Muitos autores consideram como origem da pobreza, e sua principal causa, a desigualdade. Isso porque crescimentos econômicos não elevam o nível de vida de toda a população, mas de uma fatia mais privilegiada. Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 11) afirmam que “o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto e desigual, com muitos pobres. Os elevados níveis de pobreza resultam, primordialmente, da intensa desigualdade na distribuição da renda e nas oportunidades de inclusão econômica e social”. Demo (1996, p. 94) compartilha

desta visão dizendo que “[...] o centro da pobreza não é insuficiência de renda, mas a exclusão política, ou seja, o problema da desigualdade”.

O próprio Adam Smith, já citado neste trabalho, “demonstrou profunda preocupação com o abismo entre ricos e pobres” além de também “Karl Marx, John Stuart Mill, B.S. Rowntree e Hugh Dalton” (SEN, 2000, p.131), entre outros renomados autores que escreveram sobre a desigualdade, que é uma questão antiga, assim como a pobreza.

Como já dito, crescimento econômico é importante para a redução da pobreza e da desigualdade, porém uma coisa não é consequência da outra. Podendo até, seguir caminho inverso.

[...] o crescimento é uma condição necessária para reduzir a pobreza, ao aumentar as oportunidades de emprego, o padrão de vida e os salários reais. Mas não é condição suficiente e, se o padrão de crescimento for urbano viesado, capital intensivo e concentrador do emprego nos postos qualificados, a pobreza pode até crescer, mesmo com o aumento do PIB per capita. (GAFAR, 1998, apud KAGEYAMA, HOFFMANN, 2006, p. 91-92).

Com dito, o crescimento econômico se não ocorrer em conjunto com o desenvolvimento de toda a sociedade, pode trazer mais pobreza e desigualdade. Podendo até, como pode ser visto a seguir, comprometer o próprio crescimento econômico.

Segundo Ranis e Stewart (2002), que analisam dados de vários países da América Latina, no caso do Brasil houve, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 um viés pró-crescimento econômico, com baixo desenvolvimento humano. Na década de 1990 o Brasil teria entrado num padrão de “ciclo vicioso”, em que os baixos padrões de desenvolvimento humano passaram a limitar o crescimento econômico e foram sucessivamente limitados por este. Mas, em contraste com a década de 1980, nos anos 1990 houve em geral um aumento de gastos sociais na América Latina, incluindo o Brasil, o que poderia preparar o caminho para um novo padrão de crescimento no decênio atual. (apud KAGEYAMA, HOFFMANN, 2006, p. 91-92).

Visto todo o atrasado que a desigualdade pode gerar em um país, o subitem seguinte situará o leitor da evolução da desigualdade brasileira.

2.2.1 Desigualdade brasileira e sua evolução histórica

Após o entendimento de que o Brasil é um país que sofre fortemente com a desigualdade entre a população, este subitem trará comentários de outros autores que analisaram a evolução histórica da desigualdade brasileira.

Soares (2006, p.8) faz um resumo do período de 1976 a 2004 onde ele constata que

A despeito do fato de diferentes medidas de desigualdade frequentemente apontarem comportamentos diferentes, todas mostram o mesmo padrão – desigualdade muito alta em meados do governo Geisel (1974-1979) que cai para valores ainda altos. Estes oscilam em um padrão mais ou menos estável até 1986, seguidos de fortes oscilações no período da hiperinflação. A volta à estabilidade se dá em patamares mais altos que durante o início da década de 1980, e a partir de 2001 há uma queda forte e potencialmente sustentada. É notável que para todas as medidas usadas o ano 2004 é o menos desigual da história medida pela Pnad.

Tem-se que ressaltar aqui que os períodos do século XIX que foram analisados no estudo de Soares foram de extremas turbulências na economia brasileira. Regime militar, hiperinflação, troca de moeda, entre outros fatores, interferiram no nível de renda e qualidade de vida da população. Mas isso não tira a importância dos resultados encontrados. Deve-se focar no fato de que a partir de 2001 a desigualdade vem diminuindo até o último ano estudado, 2004.

Os rendimentos que tem ajudado essa redução são os “[...] programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família, são responsáveis por um quarto ($\frac{1}{4}$) da queda da desigualdade entre 1995 e 2004, sendo que os outros três quartos ($\frac{3}{4}$) são atribuíveis à redução na desigualdade nos rendimentos do trabalho” (SOARES, 2006, p.5).

É importante ressaltar o quão interessante é o resultado encontrado. O fato de a maior parte da desigualdade ter caído devido a rendimentos oriundos do trabalho, permite que essa redução se sustente. Se, por exemplo, a relação de queda fosse em sua maioria, vinda dos programas sociais, essa continuidade de queda seria mais difícil de ser mantida, pois iria exigir a cada ano um montante maior do orçamento público. No entanto, os rendimentos do trabalho são conquistas da própria população, não estando amarrados a outros fatores (SOARES, 2006).

Seguindo mais afundo na questão do mercado de trabalho e a redução da desigualdade no período de 2001 a 2004, vê-se que a o tamanho da região em que se vive também é determinante.

Mesmo em uma mesma UF existem diferenças significativas entre trabalhadores localizados em diferentes mercados – tipicamente, a remuneração é maior nas capitais e menor nos municípios de pequeno porte no interior dos estados. As disparidades entre capital e municípios médios, e também entre municípios médios e pequenos, declinaram acentuadamente entre 2001 e 2004, e essa maior integração entre os mercados de trabalho dos municípios de diferentes portes contribuiu, significativamente, para a redução na desigualdade de renda. (BARROS, FOGUEL, ULYSSEA, 2006, p. 21).

Este é um fator que prejudica as regiões menores, pois a desigualdade traz consigo a vulnerabilidade econômica dos indivíduos que a compõe, e um baixo ou nulo crescimento econômico no que se refere a sociedade. A boa notícia é que essa desigualdade está diminuindo, tornando as regiões – independentemente de seu tamanho – cada vez mais iguais.

É claro que quando se fala de redução da desigualdade, não se pode esconder que isso pode ter ocorrido devido a um empobrecimento geral da população. Porém mesmo que a redução dos rendimentos da maioria mais rica da população diminua, (tornando-se menos desigual em relação a fatia mais pobre da população), isso não necessariamente é um fato negativo, pois trouxe redução da desigualdade e uma melhor condição de vida a classe mais desfavorecida da população. (SOARES, 2006)

De fato, ao longo do período estudado a renda média dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa anual média de 7%, enquanto a renda média nacional declinou 1% ao ano (a.a.). Tomando-se o período como um todo, o crescimento da renda média dos 20% mais pobres foi cerca de 20 pontos percentuais (p.p.) acima do observado entre os 20% mais ricos. Portanto, a percepção dos mais pobres no Brasil foi a de estarem vivendo em um país com uma alta taxa de crescimento econômico, enquanto os 20% mais ricos tiveram a percepção de estarem vivendo em um país estagnado. [...] a queda de 4% da desigualdade de renda ocorrida entre 2001-2004 levou, por si só, a uma redução de 3,2 p.p. na proporção de pessoas extremamente pobres, o que equivale a retirar mais de 5 milhões de brasileiros dessa condição. Para obter o mesmo resultado sem nenhuma redistribuição, seria necessário um crescimento de 6% a.a. (BARROS, FOGUEL, ULYSSEA, 2006, p. 16-17)

Os argumentos trazidos pelos autores acima citados são mais do que suficientes para que fique entendido que mesmo a redução da desigualdade trazendo consigo a contração da renda da população de um modo geral, ela permite que a população com maior vulnerabilidade econômica se aproxime de um padrão mais digno de vida.

Apesar de o Brasil estar caminhando para a redução da desigualdade, esse ainda é um assunto que precisa receber muita atenção. Barros, Foguel e Ulyssea (2006, p. 35) apresentam em seu estudo a exata noção desta disparidade “a fatia da renda total apropriada pela parcela 1% mais rica da população é da mesma magnitude daquela apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos detêm mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres respondem por menos de 10% da renda total”. Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que possui informação de 124 países, o Brasil está na oitava pior colocação (BARROS, FOGUEL, ULYSSEA, 2006).

Seguindo agora a questão da desigualdade nos anos que se sucedem, encontra-se o trabalho de Araújo e Moraes (2014, p.38) que analisou os anos de 2004 a 2011. O mesmo, chega a resultados no qual “os indivíduos que correspondem à parcela dos 20% mais ricos da população brasileira se apropriam de uma renda média de 22 vezes superior à dos 20% mais pobres em 2004 e 16 vezes superior à dos 20% mais pobres em 2011”.

O quadro 1 apresenta dados mais completos sobre a passagem dos anos e a variação nos percentuais de desigualdade. Pode-se com isso perceber que, apesar de ainda extremamente desigual, os números têm seguido no sentido de queda dos anos anteriores.

Quadro 1- Evolução temporal da desigualdade de renda no Brasil em 2002 a 2011

Anos	Porcentagem da renda apropriada pelas pessoas					
	10% mais pobres	20% mais pobres	40% mais pobres	50% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos
2002	0,93	2,73	9,23	13,36	62,70	46,51
2003	0,93	2,82	9,38	13,65	61,97	45,65
2004	0,99	2,96	9,61	14,21	60,46	44,93
2005	1,01	3,02	9,56	14,61	60,62	44,94
2006	1,06	3,10	9,85	14,78	60,36	44,25
2007	1,06	3,21	10,22	15,21	59,22	43,18
2008	1,20	3,29	10,73	15,80	58,73	42,86
2009	1,11	3,32	10,81	16,02	58,19	42,10
2011	1,15	3,48	11,15	16,62	57,06	41,30

Fonte: ARAUJO; MORAIS (2014, p. 38)

Outro resultado que seguiu igual quanto ao período de análise anterior foi o principal fator de redução da desigualdade, a renda advinda do trabalho. “[...] na região Sul, a renda do trabalho responde por aproximadamente 50% pela queda da desigualdade de renda nos três períodos analisados. Observe que todas as regiões brasileiras tiveram redução da desigualdade de renda nos períodos 2004-2011, 2008-2011 e 2009-2011, exceto a região Norte, pois a desigualdade de renda elevou-se nos últimos dois períodos [...]”. (ARAUJO; MORAIS, 2014, p.47)

Estando agora entendido a complexidade do assunto a ser estudado, seus conceitos e diferenciais, dar-se-á prosseguimento ao item seguinte para entendermos na prática, quanto a renda, como é enquadrada esta população.

2.3 FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO

A pobreza possui diferentes vertentes e entendimentos, e sua forma de classificação também possui diferenças entre autores. Em sua maioria, os mesmos não consideram a renda como a variável perfeita para a análise. Informações equivocadas quanto aos rendimentos ou alocação dos recursos fazem com que a renda não demonstre a real situação da pobreza. Como exemplificam Kageyama e Hoffmann (2006, p.85) “a renda é um indicador pouco confiável, pois as pessoas

fornece informações inexatas, os valores não são atualizados, há flutuações ao longo do ano, utiliza-se uma linha de pobreza arbitrária e assume-se uma distribuição igualitária dentro do domicílio”.

Contudo, as variáveis que poderiam expressar de melhor forma esta situação são extremamente subjetivas, fator que torna impossível sua mensuração. É por este motivo que, apesar de todas as restrições, a renda ainda é considerada a variável mais próxima para estabelecer os níveis de pobreza.

2.4 LINHA DE POBREZA

É necessário entender como é mensurável essa falta de mantimentos mínimos. É para isso que existe a chamada linha de pobreza, um nível que separa as pessoas que conseguem das que não conseguem adquirir os itens básicos de sobrevivência, que caracterizam a pobreza absoluta. É importante salientar que este nível, que será tratado no presente trabalho, diz respeito a pobreza absoluta, a qual ainda existe no Brasil, país do estudo.

Não existe uma linha única para a mensuração da pobreza, até porque se formos ligá-la a privação de capacidades, como alguns autores sugerem, sua dimensão seria muito subjetiva. Sendo assim, para facilitar esta mensuração utiliza-se da renda dos indivíduos, que é “[...] um eficiente indicador aproximado da destituição”. (ABRANCHES, 1985, p. 33). Conforme Rocha (2003, p. 43) “[...] a economia brasileira é largamente monetizada, de modo que a renda se revela uma boa *proxy* do bem-estar das famílias, pelo menos no que concerne ao consumo no âmbito privado [...]”.

Mesmo sendo a renda - ou a insuficiência dela - a variável utilizada para determinar a pobreza, existem ainda diferentes formas de cálculo. “[...] as metodologias de definição das linhas de pobreza e extrema pobreza variam entre as instituições que as calculam, não existindo, assim, uma linha de pobreza oficial para o Brasil” (LOUREIRO, SULIANO, 2009, p.2).

Atualmente, existem duas metodologias mais conhecidas para a elaboração desta linha, a utilizada pelo Banco Mundial e a outra utilizada por órgãos governamentais brasileiros.

A primeira é um padrão mundial, considera a renda individual, e é apresentada em “[...] dólar PPP (Paridade do Poder de Compra) por dia, que equipara o poder de compra de alguns produtos e serviços básicos entre as nações” (VASCONCELOS, 2007).

[...] considerava uma pessoa na condição de pobreza absoluta se tivesse um rendimento inferior a U\$1,00 por dia. Atualmente, o valor de referência para a miséria é de US\$1,25 ao dia, enquanto o de pobreza é de US\$2,00. As linhas de pobreza e de miséria do Banco Mundial baseiam-se plenamente na renda e são as mesmas para todo o mundo. (LOUREIRO, SULIANO, 2009, p. 7).

A segunda forma de medir a pobreza, de origem dos órgãos governamentais brasileiros, tem como referência o salário mínimo nacional.

Um dos principais critérios utilizados na definição da linha de pobreza no Brasil estabelece que um indivíduo seja considerado pobre se este possui renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. [...] Já a linha de indigência é definida em 1/4 de um salário mínimo por mês. (LOUREIRO, SULIANO, 2009, p. 5-6)

Pode-se perceber que estas duas linhas têm metodologias de cálculo bem diferentes, por isso, é extremamente importante em um estudo ou análise, não confundir as duas linhas, e nem fazer comparações entre seus resultados, para que não ocorram conclusões equivocadas.

Ambas as formas de cálculo recebem críticas. Além do fato já citado, que é o de tentar quantificar em moeda algo que pode ser mais subjetivo, existem também as questões pertinentes ao meio monetário. A linha da pobreza do Banco Mundial pode sofrer oscilações devido a cotação do dólar, enquanto que se olharmos a pobreza sob a ótica do salário mínimo, mudanças neste também movimentam na linha.

Segundo Loureiro e Suliano (2009, p. 5-6) “em função dos aumentos reais sistemáticos do salário mínimo no Brasil nos últimos anos, mesmo com a correção monetária da linha, cria-se uma situação de elevação real nas linhas de pobreza e de indigência”. Semelhante a outra forma em que as “valorizações ou desvalorizações da moeda nacional frente ao dólar em uma situação que a cesta básica permanece estável, alterariam artificialmente as frações da população dentro e fora da linha de pobreza” (p. 7).

Cabe aqui reafirmar que os indigentes são englobados pela faixa de pobreza. A linha de pobreza equivale a linha de indigência (pessoas com renda apenas para a alimentação) mais um valor monetário referente aos outros gastos básicos (transporte, vestuário, etc.) (LOUREIRO, SULIANO, 2009, p. 4).

Por este trabalho utilizar-se da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como meio de coleta de dados, se fará uso da linha da pobreza com referência ao salário mínimo nacional. Estando assim entendido qual é o grupo de estudo deste trabalho, será exposto no subitem seguinte as diferenças regionais deste grupo.

2.4.1 Linha de pobreza e a diversidade territorial brasileira

Sabendo então que no Brasil usa-se um patamar de meio salário mínimo vigente para estabelecer a linha da pobreza, é necessário se atentar às diferenças regionais brasileiras. Por possuir um extenso território, o Brasil possui muitas diferenças regionais, sejam elas: culturais, climáticas ou econômicas.

Se o custo de vida for mais baixo nas regiões mais pobres, o uso de uma linha de pobreza única para todo o Brasil leva a superestimar as desigualdades regionais. No Nordeste rural, por exemplo, uma linha de pobreza de 0,5 salário mínimo faz com que 87% da população seja classificada como pobre em 2004; mas essa mesma linha aplicada ao rural da região Sul e de São Paulo classifica como pobre apenas 33% a 35% da população. Considerando o urbano não metropolitano, no Nordeste a proporção de pobres é cerca de 55%, enquanto no Sul e São Paulo é menos de 20%. Reduzindo o valor da linha de pobreza, é evidente que as proporções de pobres se reduzem em todas as situações. Utilizando um quarto de salário mínimo, por exemplo, no Nordeste rural a proporção de pobres cai para 71%, mas em São Paulo e no Sul fica entre 11% e 15%. Na medida em que o custo de vida seja mais baixo nas regiões com renda per capita mais baixa, o uso de uma linha de pobreza única leva a exagerar as diferenças regionais na extensão e intensidade da pobreza. (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, P.96)

Estas particularidades regionais levam consigo diferentes custos de vida, e, portanto, possíveis equívocos quando da classificação da pobreza. Com o valor de meio salário mínimo é provável que em uma região com menor custo de vida, os indivíduos consigam adquirir os mantimentos considerados básicos para viver, e em

outra região, com um custo de vida mais elevado, estas pessoas passem mais necessidades. Dado este constatado por Kageyama e Hoffmann (2006, p.96) onde “mesmo depois de descontado o efeito de uma medida de pobreza calculada com linha de pobreza única, a desnutrição das crianças é maior nas regiões Norte e Nordeste do que nas demais regiões do país”.

Ressaltou-se a linha de pobreza brasileira pois será a utilizada neste estudo, porém, a mesma crítica também serve para a linha de pobreza mundial calculada pelo Banco Mundial. Cada país possui um determinado custo de vida, e por isso, podem se enquadrar na linha de pobreza indivíduos com níveis de carência muito distintos. Apesar de ser um método de cálculo da vulnerabilidade econômica da população, é notável que a linha de pobreza tenha falhas, e por isso é tão debatida.

Já estando esclarecido sobre a linha de pobreza, suas características e diferenciais, conclui-se esta parte do assunto. No subitem seguinte, serão apresentadas as variáveis pessoais que serão analisadas.

2.5 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

As características socioeconômicas da população pobre são as variáveis centrais deste estudo. É delas que irão ser extraídos os resultados. Algumas estão ligadas a escolhas e oportunidades durante a vida e outras são características vindas quando do nascimento das pessoas.

Sendo elas: idade, sexo, raça, estado civil e escolaridade, prossegue-se com uma sucinta descrição de cada uma.

A primeira delas, idade, não está ligada a oportunidades, refere-se simplesmente a passagem da vida. Todavia, em alguns momentos pode ser um fator que traga dificuldades para a sobrevivência. Segundo Sen (2000) indivíduos muito jovens ou mais velhos possuem maiores necessidades e cuidados, ao passo que são menos capazes de adquirir renda, tornando-os mais dependentes de outras pessoas.

Seguindo os fatores alheios às oportunidades temos o sexo. Alheio em parte, do ponto de vista que não se escolhe ser do sexo feminino ou masculino, é algo com o qual se nasce. Porém, devido a ainda vivermos em uma cultura patriarcal e

machista, o grupo desta variável a qual se pertence pode sim interferir nas oportunidades que teremos durante a vida.

[...], a distribuição dentro da família acarreta complicações adicionais na abordagem da pobreza baseada na renda. Se a renda familiar é usada desproporcionalmente no interesse de alguns membros da família em detrimento de outros (por exemplo, se existe uma sistemática “preferência pelos meninos” na alocação dos recursos da família), o grau de privação dos membros negligenciados (no exemplo em questão, as meninas) pode não refletir adequadamente pela renda familiar. Essa é uma questão substancial em muitos contextos; a parcialidade por um dos sexos parece realmente ser um dos fatores fundamentais na alocação familiar em muitos países [...] (SEN, 2000, p. 111)

Sen (2000) exemplifica uma possível distinção de sexo dentro da família, mas esta pode ocorrer no âmbito profissional também, interferindo em salários e rendimentos. Podendo ocorrer que a pobreza contemple, em sua maioria, um dos sexos.

A raça a qual um indivíduo pertence também deveria ser uma das variáveis, como o caso do sexo, que não alterasse as oportunidades durante a vida. No entanto, sabe-se que no passado ocorreram muitas segregações de raça, e infelizmente, a sociedade contemporânea ainda não superou totalmente isso. Da mesma forma que a característica acima, a raça será testada para vermos se estes resquícios do passado ainda interferem na atual divisão de camadas sociais, em especial a mais baixa.

Como já tratado neste trabalho, a desigualdade de renda da população é um fator que contribui fortemente para a vulnerabilidade econômica dos indivíduos. Quando analisados os fatores sexo e raça dentro da desigualdade, pode-se notar que os mesmos caminham em sentido oposto ao da redução da desigualdade e consequente redução da pobreza.

Assim como acontece em quase todos os países, a remuneração das mulheres brasileiras é muito inferior à dos homens. Esse diferencial se manteve relativamente estável e com uma leve tendência de alta no período 2001-2004 e, portanto, não contribuiu para a queda da desigualdade de renda. Os diferenciais por raça também são altos no Brasil (ainda que bem inferiores àqueles por gênero) e, embora venham declinando ao longo da última década, sua importância quantitativa para explicar a queda recente da desigualdade de renda é próxima de zero. (BARROS, FOGUEL, ULYSSEA, 2006, p. 21)

O estado civil, refere-se efetivamente a escolha das próprias pessoas quanto aos seus relacionamentos. O que este trabalho mostrará, é em qual estado civil mais estão inseridas as pessoas em nível de pobreza.

E por último, mas de forma alguma menos importante, temos a escolaridade. É unânime entre os autores do tema, que a pobreza está intimamente ligada a reduzidos anos de escolaridade. E entre estes dois fatores, não fica claro qual delas ocorre primeiro, a pobreza impossibilita condições para o estudo ou a falta dele acarreta em pobreza. O que sabemos é que o conhecimento é a porta de saída deste círculo.

Segundo Abranches (1985, p. 43-44) “a baixa educação reflete a pobreza. Mas a impossibilidade de obtê-la, porque se é pobre, reduz ainda mais as chances de se deixar a condição de pobreza. [...] o acesso à educação é um recurso, parcial mas importante, na luta por melhores oportunidades”. Podemos completar com a ideia de que a escolaridade “a rigor, não distribui renda, pelo menos em termos imediatos, mas é fator essencial de redistribuição de renda, porque pode colaborar na construção da competência humana histórica, voltada a fazer e a fazer-se oportunidade” (DEMO, 1996, p. 96-97).

Dado o exposto sobre as variáveis socioeconômicas que serão estudadas, se finda este subitem e dar-se-á início ao subitem seguinte. Divisão esta que trará uma revisão de alguns trabalhos empíricos de assuntos relacionados ao tema deste estudo.

2.6 TRABALHOS EMPÍRICOS

Durante todo este capítulo tratou-se sobre a desigualdade e a vulnerabilidade, permitindo que se percebesse a relevância do assunto. Muitos são os autores que escrevem sobre estes temas, e muitos também são os ângulos de análise. Por se tratarem de resultados numéricos, pequenas mudanças na fórmula de cálculo ou mesmo a perspectiva do estudo podem trazer resultados distintos.

A maioria destes autores - alguns já citados ao longo deste estudo - em linhas gerais, trazem resultados de que o Brasil é um país extremamente desigual e com

grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. Porém, com o passar dos anos os números caminham no sentido da redução destes índices.

Entretanto, há trabalhos que encontraram resultados um pouco diferentes dos já citados, mas com uma interessante análise também. Medeiros e Souza, por exemplo, fazem uma observação do sistema previdenciário e da sua contribuição para a desigualdade.

“O sistema previdenciário é uma combinação de benefícios progressivos e regressivos cujo resultado é uma leve contribuição para o aumento da desigualdade. A Previdência contribui com cerca de um quinto de toda a desigualdade, em parte, porque o sistema é de base contributiva – portanto tende a replicar desigualdades preexistentes –, mas também porque se divide em dois subsistemas ou regimes, os quais operam sob regras diferenciadas. O regime para os trabalhadores formais do setor privado, RGPS, possui um piso e um teto, o que restringe a amplitude de variação dos benefícios. O sistema para os trabalhadores do setor público, RPPS, possui um piso, mas não um teto, permitindo, portanto, muito mais variação” (MEDEIROS, SOUZA, 2013, p. 29)

Focando então a análise no setor público, Medeiros e Souza (2013) declaram que os salários do setor público são mais concentrados do que os salários do setor privado, fazendo com que os primeiros contribuam com quase um quarto da desigualdade.

As evidências indicam a existência de três níveis de proteção social e sistemas de emprego no Brasil. O primeiro relaciona-se ao trabalho no setor público – salários e aposentadorias – e é muito concentrado e regressivo. O segundo, ao trabalho formal no setor privado, também concentrado, mas progressivo. O terceiro nível, formado pela Assistência Social, é muito progressivo, mas distribui apenas uma fração mínima da renda total. O saldo final é um Estado que contribui para aumentar a desigualdade. Transferências pró-igualdade, como Assistência Social e tributos diretos, são completamente anuladas pelas transferências regressivas dos salários e da Previdência do funcionalismo público. (MEDEIROS, SOUZA, 2013, p. 29)

Já outros autores levantam o fator da escolaridade como influenciador da desigualdade.

[...] ao estudarem a evolução da desigualdade de rendimentos e da estrutura salarial com base nas PNADs em 1992 e 1995 no Brasil, a escolaridade é responsável por até 30% da desigualdade. Concluíram que mudanças associadas ao perfil de rendimentos por grupos educacionais parecem ter sido as principais responsáveis pelo aumento da desigualdade

entre 1992 e 1997. (RAMOS, VIEIRA, 2001 apud ARAUJO, MORAIS, 2014, p. 40).

Araújo (2009) afirma que, no período de análise de seu estudo, 1995 a 2009, a educação também foi um importante fator associado a desigualdade. Relacionando os anos estudados com a desigualdade, observou que “para cada aumento de 1% nos anos médios de estudo a desigualdade decresce aproximadamente em 0,19%”. (ARAUJO, 2009 apud ARAUJO, MORAIS, 2014, p. 40)

Reforçando esta ideia, Salvato et al. (2013) apud Araújo e Moraes (2014, p.40) “[...] baseado nas amostragens dos Censos Populacionais brasileiros de 2000 e 2010 do IBGE, apontam que a escolaridade é o principal fator para explicar a desigualdade de renda no Brasil sendo 27,1% e 19,8% para os anos, respectivamente”,

Novamente Araújo (2009) apud ARAUJO, MORAIS, (2014, p. 40), chega a um importante resultado, desta vez, contrário aos já citados anteriormente neste estudo. Utilizando “dados em painel para os estados brasileiros no período 1995- 2009 [...] Conclui que as transferências de renda não afetam a dinâmica da desigualdade de renda no período, não corroborando, assim, na hipótese daqueles que afirmam que esses programas contribuem para reduzir as desigualdades.”

Seguindo o mesmo ponto de vista, encontra-se o trabalho de Marinho et al. (2007) apud ARAUJO, MORAIS, (2014, p. 40), que

concluíram que os programas de transferências de renda no Brasil não contribuem para reduzir à pobreza e os indivíduos que recebem renda desses programas não possuem incentivos para buscar outros meios de obter renda, tornando-os assim, dependentes dos programas. Assim, os indivíduos poderiam estar condicionados a permanecer na pobreza para continuar recebendo esses benefícios.

Como se pode ver, cada estudo, cada autor, encontra resultados distintos. Todo este capítulo serviu de aprendizado para que a partir deste ponto se possa focar no objetivo deste estudo. É a partir do conhecimento vindo de trabalhos anteriores que se é capaz de analisar o perfil socioeconômico da população vulnerável economicamente no Brasil.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão apresentados os métodos utilizados para a realização do presente trabalho, seguidos de um breve conceito de cada um deles. Desta forma, o referido possui cinco subdivisões, são elas: delineamento da pesquisa, população e amostra, procedimento e técnica de coleta de dados, variáveis de estudo ou categorias de análise e análise e interpretação de dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Entender qual o delineamento da pesquisa é muito importante para o entendimento da mesma. É com as descrições deste capítulo que se entenderá qual a direção seguida para que se encontre os resultados propostos. Sendo assim, o presente trabalho, ao ser um estudo monográfico, consiste, segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 92-93)

[...] no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciam e analisando-o em todos os seus aspectos.

Desta forma, há de se analisar as características socioeconômicas da população em situação de vulnerabilidade econômica, e assim, definir o perfil destes indivíduos.

Inicialmente, a pesquisa se dá na forma bibliográfica, pois para se inferir sobre determinado assunto, precisa-se antes ter conhecimento sobre ele. Sendo assim, esta pesquisa foi realizada com base em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos (GIL, 2002).

Cervo e Bervian (2002, p.66) definem a pesquisa bibliográfica como “[...] parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando é feita com o intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar”. Por isso,

este trabalho coletou informações da população economicamente vulnerável, seguindo a pesquisa de forma descritiva.

Esta, por sua vez, tem sua definição de forma que mais se encaixa com os objetivos deste trabalho, descrita por Gil (2002, p. 42)

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. [...] Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc.

Este estudo tem por objetivo, descrever a população com determinada faixa de renda, classificados em condição de vulnerabilidade econômica. E ainda, examinar suas características, incluindo algumas citadas pelo próprio Gil, como idade, sexo e nível de escolaridade, além de raça e estado civil. A coleta destes dados se deu através dos resultados dos questionários aplicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a qual será definida ainda neste capítulo.

Além disso, sobre a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho, pode-se inferir que se utilizou de métodos de pesquisa quantitativa, que segundo Richardson et al. (1999:70) apud Marconi e Lakatos (2011, p. 269)

[...] caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto as modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

Utilizou-se deste método, pois, as inferências a respeito das características da população estudada foram todas feitas através das quantidades encontradas em cada grupo. Seguindo ainda a descrição de Marconi e Lakatos (2011, p. 269), “[...] os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas [...]”, e além disso, que baseasse “[...] na medida numérica e da análise estatística para estabelecer padrões de comportamento. Ele procura principalmente a expansão dos

dados, ou seja, a informação”. Avançando na pesquisa de forma quantitativa, a análise se apropriou de métodos estatísticos para chegar aos objetivos.

São as mesmas autoras que dão a definição de método estatístico

O papel do método estatístico é, antes de tudo, fornece uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Por exemplo, definem-se e delimitam-se as classes sociais, especificando as características dos membros dessas classes e, após, mede-se sua importância ou variação, ou qualquer outro atributo quantificável que contribua para seu melhor entendimento. No entanto, a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 93).

Seguindo então estas considerações, para cada característica de análise, observou-se as respostas obtidas nos microdados da PNAD e com a aplicação do método estatístico, através de contas de porcentagem, se obteve as respostas de maior incidência percentual.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O universo da pesquisa se deu na população economicamente vulnerável de todo o Brasil. As características desta população foram retiradas da pesquisa PNAD (explanaada na subdivisão seguinte do corrente capítulo).

3.3 PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

O procedimento de coleta de dados é de suma importância para o estudo. Se feito de forma primária, através de questionários ou entrevistas, o autor precisa fazê-las de forma neutra, para não induzir o respondente a nenhuma resposta, o que pode comprometer todos os resultados encontrados. Se feito de forma secundária, é necessário atentar se os dados são de fontes confiáveis.

A coleta de dados deste estudo foi feita de forma secundária, através da PNAD – 2014. Esta, por sua vez, é um levantamento estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem como principais objetivos: “suprir a falta de informações sobre a população brasileira durante o período intercensitário” e “estudar temas insuficientemente investigados ou não contemplados nos censos demográficos decenais realizados por aquela instituição” (BRASILb, 2016).

Esta pesquisa surgiu da necessidade de se obter maiores e mais frequentes informações da população.

Na década de 60, tornou-se evidente que o Brasil carecia de informações para planejar e acompanhar o seu desenvolvimento social, econômico e demográfico, pois os dados decenais, oriundos dos censos demográficos, eram insuficientes e demasiadamente defasados no tempo para atender às demandas. As pesquisas por amostra de domicílios eram o caminho possível para o atendimento das demandas existentes, tendo em vista que, além de possibilitarem um maior controle das fases operacionais e uma significativa redução do tempo de execução e dos custos, permitem a ampliação e o aprofundamento dos temas captados pelos levantamentos que investigam toda a população. (BRASILb, 2016).

É neste contexto que ocorreu a criação da PNAD, em 1967. Porém, ainda com lacunas de abrangência sob o território nacional. Desde lá, alguns temas e perguntas foram adicionados e hoje a pesquisa tem alcance em todas as regiões do país.

Conforme declarado, a PNAD tem periodicidade anual e reúne informações sobre características socioeconômicas e demográficas da população. Os dados obtidos referem-se à idade educação, gênero, trabalho, rendimento e condições dos domicílios. Além de outras informações como de migração, saúde, segurança alimentar, estado civil, etc., que são também obtidos com periodicidade variável, dependendo das necessidades de informação para o país (BRASILc, 2016). Ainda segundo o órgão responsável pela pesquisa, “o levantamento dessas estatísticas constitui, [...] um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil” (BRASILc, 2016).

Há também, a preocupação de elaborar a relatada pesquisa de forma igual ou extremamente similar a outras pesquisas domiciliares, incluindo aqui o Censo

Demográfico, para que se possa fazer análises e comparações acerca dos dados recolhidos (BRASILb 2016).

Cabe aqui também dizer que, foram utilizados os microdados da pesquisa de domicílios acima descrita. Estes, “consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações” (BRASILd 2016). É com a ajuda destes dados, que se pretende atingir os objetivos propostos por este trabalho.

A pesquisa tem por costume utilizar o mês de setembro como referência. Não tendo sido diferente no ano de 2014, que foi o ano da pesquisa utilizada neste estudo. Sendo isto o que havia para a explicação da coleta dos dados, se seguirá para as variáveis de estudo.

3.4 VARIÁVEIS DE ESTUDO

As variáveis do estudo serão as informações socioeconômicas da população economicamente vulnerável, as quais se pretende chegar ao fim deste estudo. Sejam elas: faixa etária, raça, sexo, escolaridade e estado civil. É através delas que ao término, se entenderá um pouco mais sobre a realidade destas pessoas. Para assim, poder contemplar parte da justificativa do estudo onde foram citados os programas sociais.

A variável faixa etária, tem extrema relevância quando falamos de vulnerabilidade econômica, pois, a renda e as capacidades das pessoas pode alterar em relação a sua idade. Por exemplo, pessoas mais velhas ou muito jovens, podem ter seu potencial para auferir renda reduzido, e ainda, precisar de mais renda para suprir suas condições básicas de sobrevivência, se comparado a adultos (SEN, 2000).

Na variável raça, a pesquisa utilizada possui cinco categorias de classificação

[...] branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) ou indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou

indígena ou índia) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

A cor e a raça das pessoas, pode muitas vezes, interferir em seleções de emprego e conseqüente condição salarial. Isso porque, ainda existem preconceitos entre etnias distintas.

O sexo tem duas possibilidades de resposta, feminino e masculino, e também é considerada uma importante informação. Isso porque, se constatado que pertencem ao nível de pobreza, indivíduos majoritariamente de um dos sexos, políticas sociais mais focadas podem ser realizadas para a superação desta condição.

A relação entre anos de escolaridade e pobreza é inquestionável. Quanto mais estudo um indivíduo tem, maior seu conhecimento técnico em determinada área. O que lhe permite almejar funções mais específicas e mais bem remuneradas.

A escolaridade de um indivíduo influencia seu nível de rendimento por duas razões distintas: por um lado, a obtenção de determinado limite de escolaridade tem o papel de credencial mínima para atingir determinado posto, atribuindo-se uma remuneração razoavelmente constante a cada posto; por outro, acredita-se que o aumento da escolaridade tem o efeito de melhorar a capacidade produtiva do indivíduo, tornando-o mais apto a absorver técnicas e conhecimentos novos. Desta forma, deve existir uma firme relação entre escolaridade e qualificação profissional, e entre esta e nível de remuneração. Generalizando para a comunidade, presume-se que uma população com maior grau de escolaridade deva atingir maiores índices de produtividade e, em condições semelhantes à da distribuição de renda, haverá menos pobres numa população mais instruída do que em outra com a média de escolaridade seja menor (MATA, 1979, p. 117).

A pesquisa mede a escolaridade, a partir do primeiro ano do ensino fundamental, considerando os anos concluídos com aprovação. Pretende-se por meio desta categoria, saber aproximadamente quantos anos de estudo as pessoas em nível de pobreza possuem.

E a última variável de análise será o estado civil dos indivíduos. Esta categoria pretende alcançar resultados sobre qual a situação civil da faixa da população estudada. São cinco as possíveis respostas: casado (a), desquitado (a), ou separado (a) judicialmente, divorciado (a), viúvo (a) ou solteiro (a).

Sem mais a discorrer sobre as variáveis de estudo, dar-se-á continuidade ao capítulo, agora sobre como se dará a análise e a interpretação dos dados.

3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após o entendimento da importância das variáveis e do método de pesquisa que foram utilizados, resta saber o que será feito com os dados utilizados. A análise dos dados se deu com a utilização de um tipo simples de conta matemática, a porcentagem. Através desse cálculo, foi possível encontrar a proporção de cada resposta para cada variável em estudo, encontrando então, as características com maior incidência percentual na população. A análise foi realizada com o apoio do software econométrico *Stata* que auxiliou na extração dos dados da PNAD, bem como nas análises da estatística descritiva.

Deste modo, sem mais ter a discorrer sobre a forma como o presente estudo foi realizado, encerra-se este capítulo. E assim, dando prosseguimento ao trabalho, inicia-se o capítulo quatro, que trata dos resultados da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se agora a descrição dos resultados obtidos nesta pesquisa. Este capítulo é dividido em subitens que explicam cada variável. Dentro de cada uma delas, há ainda a divisão para a pobreza e a extrema pobreza, respectivamente, contemplando assim, os objetivos específicos do trabalho.

Ficam elencadas nos resultados de pobreza, como já descrito anteriormente, todas as pessoas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo de 2014, o que corresponde a R\$ 362,00. Desta forma, 97.817 respondentes se encontram na linha ou abaixo da linha de vulnerabilidade econômica. O que corresponde a 26,97% dos respondentes da pesquisa. Ainda, considerando que os entrevistados pela pesquisa são uma amostra de toda a população brasileira, pode-se concluir que mais de um quarto dos brasileiros se encontra em situação vulnerabilidade econômica.

Serão descritos também, os resultados encontrados para a fatia da população que se encontra em níveis extremos de vulnerabilidade econômica, ou seja, que possuem rendimentos iguais ou inferiores a um quarto do salário mínimo, que é R\$ 181,00. Desta forma, a pesquisa apresentou 33.969 respondentes que se encontram na linha ou abaixo da linha de vulnerabilidade econômica extrema, o que corresponde a 9,37% dos respondentes totais e 34,72% dos respondentes em vulnerabilidade econômica.

Ao considerar-se que os indivíduos que responderam a pesquisa são uma amostra da população total brasileira, pode-se então inferir que 9,37% dos brasileiros, o que corresponde a aproximadamente 18.999.414 pessoas, vivem em condições extremas de vulnerabilidade econômica, segundo estimativa da população brasileira de 2014 (BRASILE, 2014).

A partir do subitem seguinte são descritos os resultados encontrados para cada variável.

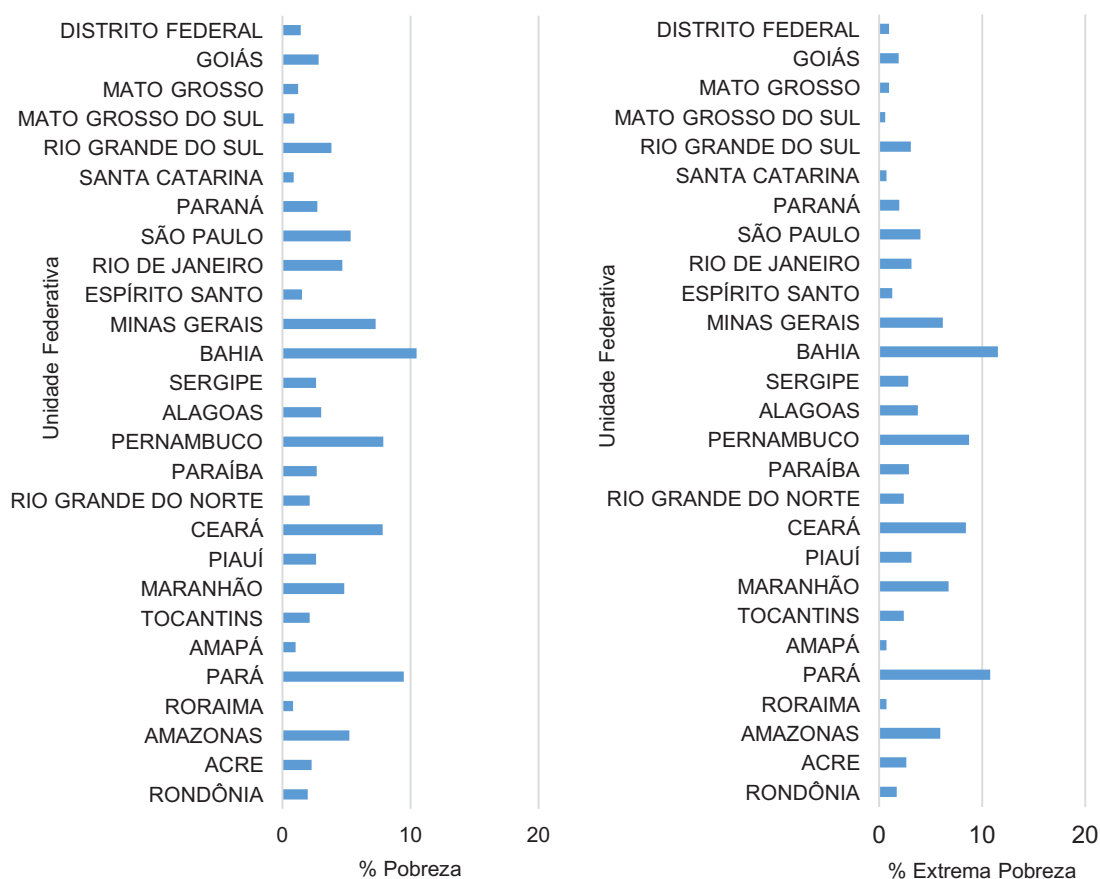
4.1 UNIDADE FEDERATIVA

Em um país de grandes dimensões territoriais como o Brasil, que além do clima, apresentam culturas e estruturas econômicas diferentes, há de se imaginar que os rendimentos e conseqüentemente a pobreza não sejam igualmente distribuídas em todos os estados. É essa resposta que se pode captar analisando os resultados sobre qual unidade federativa os indivíduos pertencem.

As frequências relativas, para a pobreza e a extrema pobreza, dos 26 estados mais o Distrito Federal podem se visualizada na Figura 1. No entanto, é interessante destacar os estados que ficaram nos extremos desta distribuição.

O estado com a maior concentração de pobreza é a Bahia com 10,49%, o que representa 10.262 respondentes, em situação de vulnerabilidade econômica. Na segunda posição dos estados mais pobres do Brasil está o Pará, com 9.280 respondentes, o que representa 9,49% do total.

Figura 1 - Pobreza e Extrema Pobreza - Unidade Federativa



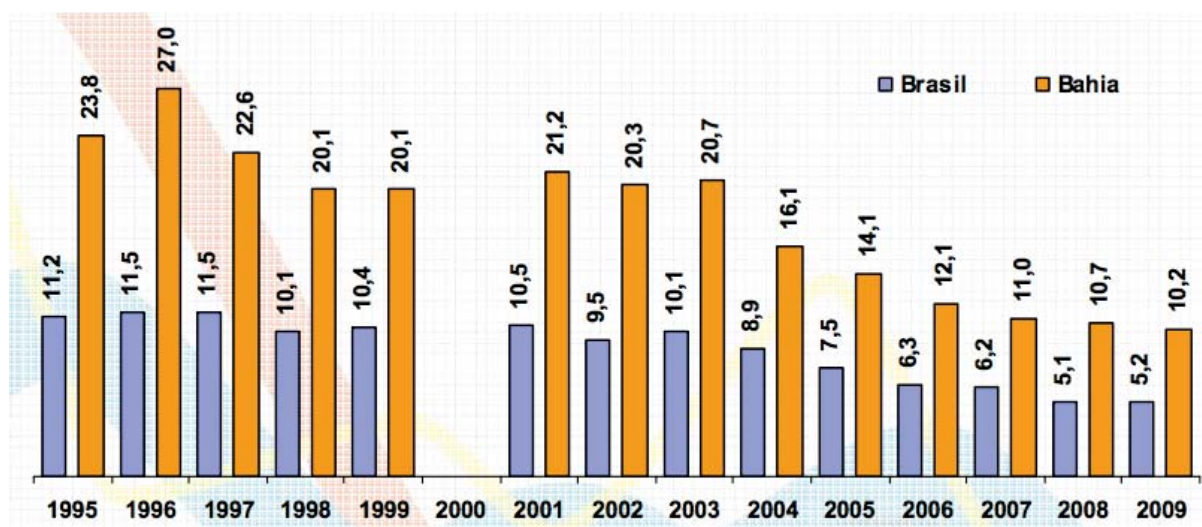
Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

Na outra ponta da lista, com as menores taxas de pobreza do país, encontram-se Roraima com 0,84%; Santa Catarina com 0,91% e Mato Grosso do Sul com 0,96% o que representa menos de 1.000 respondentes em cada estado (820, 889 e 943 respectivamente).

A distribuição da extrema pobreza nos estados brasileiros se comporta, de forma muito similar, a distribuição da pobreza. Ficam nas piores colocações os estados da Bahia com 11,49%, correspondente a 3.902 respondentes e o Pará com 10,75%, correspondente a 3.652 respondentes em situação de extrema vulnerabilidade econômica.

Já nos menores níveis, têm-se os estados de Mato Grosso do Sul 0,62%, Santa Catarina 0,7%, Roraima 0,73% e Amapá 0,74%. Em termos absolutos tratam-se de 212, 238, 249 e 253 respondentes, respectivamente.

Figura 2 - Pobreza extrema na Bahia é o dobro da média Brasil



Fonte: Elaborado por Castro (2011)

Conforme se pode ver na Figura 2 a Bahia sofre com a níveis extremos de pobreza há muito tempo, com uma média muito mais elevada do que a média brasileira pelo menos desde 1995.

Fazer uma reflexão dos motivos pelos quais a Bahia é o estado mais pobre do país é interessante se for pensado que este foi a primeira região habitada pelos colonizadores quando da descoberta do Brasil. Teria sido de lá tudo retirado? E o clima? E a cultura? Todas estas são variáveis que podem ter contribuído para este se encontre hoje com níveis tão elevados de pobreza.

4.2 IDADE

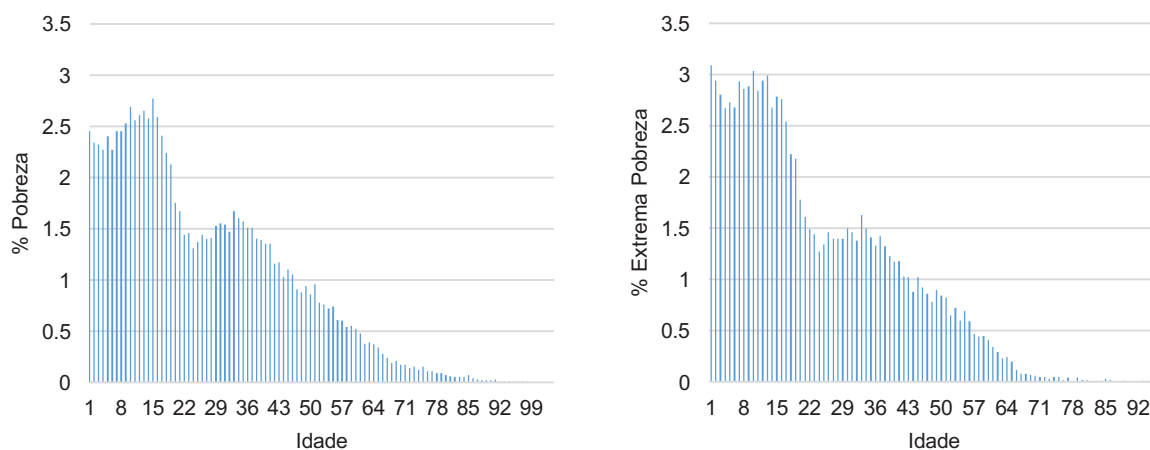
Quanto a idade mais frequente entre a população pobre, obteve-se o resultado de que pessoas com menos de 18 anos são as mais vulneráveis economicamente. De zero a 18 anos há mais de 2.000 respondentes por idade nesta situação. O pico encontra-se nos 14 anos de idade com 2,77%.

A partir dos 46 anos a frequência absoluta cai para menos de 1.000 respondentes por idade, apresentando a partir deste ponto até o final da idade medida um comportamento decrescente.

As idades que mais se repetem em níveis extremos de vulnerabilidade econômica se confirmam os mesmos encontrados no caso da vulnerabilidade econômica. Há mais de 2% dos respondentes em cada idade para 18 anos ou menos. Estando agora, enfatizadas as pessoas com menos de 1 ano de idade, que representam 3.09% e 1.051 respondentes, além de pessoas com 9, 12 e 11 anos respectivamente.

A partir dos 45 anos com 311 respondentes e 0.92%, a distribuição apresenta comportamento bem similar ao analisado anteriormente nesta mesma variável, seguindo em linha decrescente. (Vide Figura 3).

Figura 3 - Pobreza e Extrema Pobreza – Idade



Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

O resultado da primeira parte da distribuição pode ser explicado pelo fato de o Brasil ainda ter um crescimento populacional positivo. Da mesma forma que a segunda metade da distribuição pode ser explicada por questões de falecimentos entre as pessoas mais velhas, talvez antecipado pela falta de cuidados preventivos em relação a saúde.

É possível perceber em níveis de pobreza, e ainda mais em níveis de extrema pobreza que os jovens são a maioria. Como os dados de renda extraídos da pesquisa PNAD são os rendimentos familiares *per capita*, pode-se então imaginar que famílias com menores de idade estão mais vulneráveis economicamente. Isso pode ocorrer porque de fato, como já descrito neste trabalho, crianças e idosos possuem necessidades diferenciadas, e ainda potenciais reduzidos de obter rendimentos.

4.3 SEXO

Na análise da variável sexo, foi possível perceber que as pessoas do sexo feminino são maioria entre a população pobre. Elas correspondem a 52,78% dos respondentes, contra os 47,22% respondentes do sexo masculino, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Pobreza - Sexo

Sexo	Freq. Absoluta	Freq. Relativa	Cum.
<i>Masculino</i>	46.185	47,22	47,22
<i>Feminino</i>	51.632	52,78	100
Total	97,817	100	

Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

Este resultado se dá, pois, a maioria da população brasileira no geral também é do sexo feminino, e desta forma, a parcela de indivíduos economicamente vulneráveis reflete a população do país.

Na situação extrema, esta foi mais uma variável que mostrou um comportamento bem próximo ao apresentado na situação de vulnerabilidade.

Porém aqui, a situação pende um pouco mais para a desproporcionalidade, aumentando de 52,78% para 53,71% a quantidade de respondentes do sexo feminino em situação de vulnerabilidade econômica extrema, segundo Tabela 2.

Tabela 2 - Extrema Pobreza – Sexo

Sexo	Freq. Absoluta	Freq. Relativa	Freq. Acumulada
<i>Masculino</i>	15.724	46,29	46,29
<i>Feminino</i>	18.245	53,71	100
Total	33.969	100	

Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

Outra possível causa para a maior parcela de pessoas que se encontra na situação analisada ser do sexo feminino, pode ser a desigualdade dos salários entre os sexos. Podendo então, este resultado ser a consequência da questão de que mulheres ainda recebem menores salários em posições iguais as ocupadas por homens.

Ainda, o fato de se ter uma sociedade com mais mulheres pobres, pode estar ligada a escolaridade.

Com relação ao aumento da escolaridade feminina, sabemos que esta foi uma conquista das mulheres. Ao longo de todo o século XX, estas se empenharam para ter acesso às escolas e universidades nacionais. Assim, na última década do século vinte observamos a redução significativa do analfabetismo feminino, embora ainda em 1991, a participação relativa de mulheres analfabetas com mais de 15 anos fosse maior do que o de homens [...] (MELO, 2015, p.15)

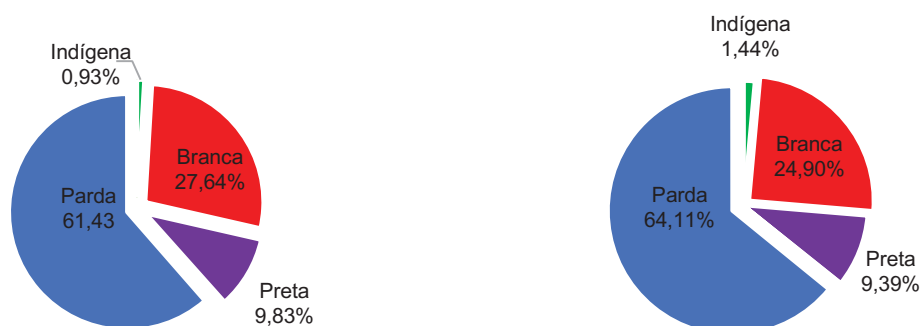
Hoje, homens e mulheres têm iguais direitos e acessos a educação, porém, as gerações passadas de mulheres ainda tinham o acesso a educação de forma muito restrita. A sociedade advinda de um modelo machista e patriarcal não via como necessário que mulheres estudassem, pois no passado o papel da mulher era unicamente de cuidar do lar e dos filhos. Apesar de as mulheres terem conquistado muitos direitos nos últimos tempos, resquícios desta cultura ainda existem.

4.4 COR ou RAÇA

Na variável cor ou raça, a opção que obteve maior número de respostas, em situação de pobreza, foi parda, com 61,44%, o que representa 60.096 respondentes. Este é um resultado facilmente explicado pela miscigenação do povo brasileiro. Povo este, que tem ao longo de sua história inúmeras ondas migratórias, que hoje compõe uma população brasileira mestiça.

Com a menor frequência entre as possibilidades de resposta encontra-se a indígena com apenas 1%, o que equivale a 906 respondentes. Esta que foi a primeira cultura existente no país, em sua maior parte ainda mantém características de sua cultura e vivem em reservas propriamente indígenas, mais distantes do restante da população. De acordo com o Censo de 2010, 63,8% dos povos indígenas viviam em reservas e 36,2% nas cidades (BRASILf, 2012). O fato de ser a raça que vive mais afastada das demais talvez contribua para a sua redução ao longo de tempo.

Figura 4 – Pobreza e Extrema Pobreza – Cor ou Raça



Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

Em nível extremo, seguem os mesmos resultados encontrados em situação de vulnerabilidade. Novamente a cor parda é a com maior frequência, 64%, o que corresponde a 21.778 respondentes. A raça indígena continua sendo a menor, agora com 1,44%, o que equivale a 490 respondentes.

As respostas, amarela e sem declaração, apresentaram frequência relativa menor do que 0,2% e por isso foram ocultadas na Figura 4.

Esta parcela da população que se considera parda e negra, que somados são 71,26% para a pobreza e 73,5% para a extrema pobreza, são possíveis descendentes dos escravos do século XIX. Apesar de já ter sido extinta há algum tempo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira vivenciou séculos de escravidão. Esta, que se encerrou em 1888, mas que não preparou um espaço para que estas pessoas fossem inseridas. Este fato criou uma faixa da população que se tornou marginalizada, vivendo nas ruas e com empregos que remuneravam minimamente. Gerações já se passaram, mas esta raça ainda sofre com a pobreza.

Se o olhar continuar voltado para o passado ver-se-á que as pessoas de raça branca sempre foram mais favorecidas economicamente.

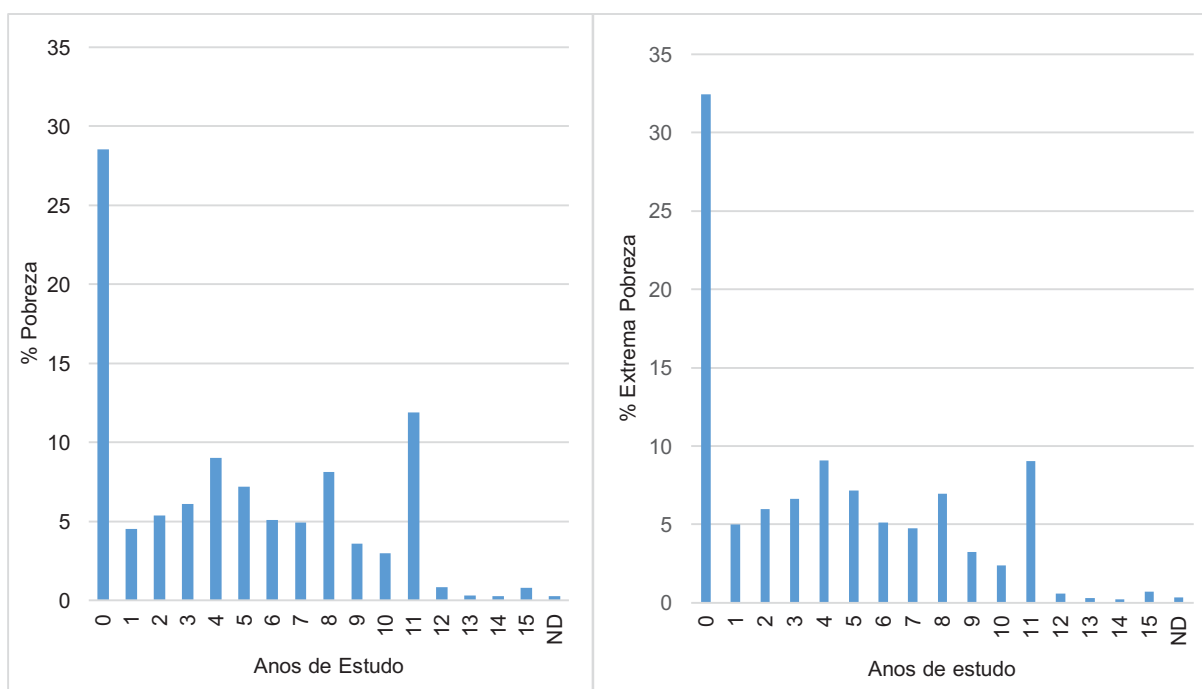
Outro fator relevante ao analisar estes resultados sobre cor e raça é o fato de que 43,1% dos brasileiros se declararam pardos, conforme Censo do IBGE de 2010 (BRASILg, 2014). Sendo assim, a população vulnerável está refletindo a população total.

4.5 ESCOLARIDADE

Inúmeros são os estudos que apresentaram relação positiva entre escolaridade e rendimentos. Como por exemplo, o de Teixeira (2015, p. 9) que em seu estudo encontrou que “a educação explica 34% da queda no indicador de proporção de pobres entre 1993 e 2011, 43% da queda na proporção de extremamente pobres e 13% da queda no Gini (desigualdade de renda) no mesmo período”.

Os resultados encontrados nesta pesquisa caminham no mesmo sentido, visto que 28%, dos respondentes em situação de vulnerabilidade econômica não possuem instrução ou tem menos de 1 ano de estudo. Porém, apesar de pouquíssima escolaridade, 75,5% dos respondentes declararam saber ler e escrever.

Figura 5 – Pobreza e Extrema Pobreza - Anos de estudo



Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

A relação dos extremamente vulneráveis economicamente com os anos de estudo se agrava um pouco mais, 32,43% destes não possui instrução ou tem menos de 1 ano de estudo. Quando questionados sobre saber ler e escrever, as respostas decaíram, passando de 75,5% do nível de pobreza para 71,29%. Todos os resultados para a pobreza e a extrema pobreza podem ser visualizados na Figura 5.

Percebe-se também que pessoas com mais de 11 anos de estudo – que na estrutura do ensino brasileiro significaria ter continuado a estudar após o ensino médio - somam um número muito pequeno, menos que 1%, tanto na pobreza como na extrema pobreza.

4.6 ESTADO CIVIL

Quando questionados sobre o estado civil, 87,38%, dos respondentes em situação de pobreza declararam-se solteiros, o que representa 51.919 de 59.416 respondentes, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Pobreza - Estado Civil

<i>Estado Civil</i>	<i>Freq. Absoluta</i>	<i>Freq. Relativa</i>	<i>Freq. Acumulada</i>
<i>Solteiro(a)</i>	51.919	87,38	87,38
<i>Casado(a)</i>	3.263	5,49	92,87
<i>Separado(a) judicialmente</i>	673	1,13	94,01
<i>divorciado(a)</i>	1.697	2,86	96,86
<i>Viúvo(a)</i>	1.864	3,14	100
Total	59.416	100	

Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

Da mesma forma, na Tabela 4, vê-se que as pessoas em nível extremo de vulnerabilidade econômica, são em sua grande maioria, 89,33% solteiros.

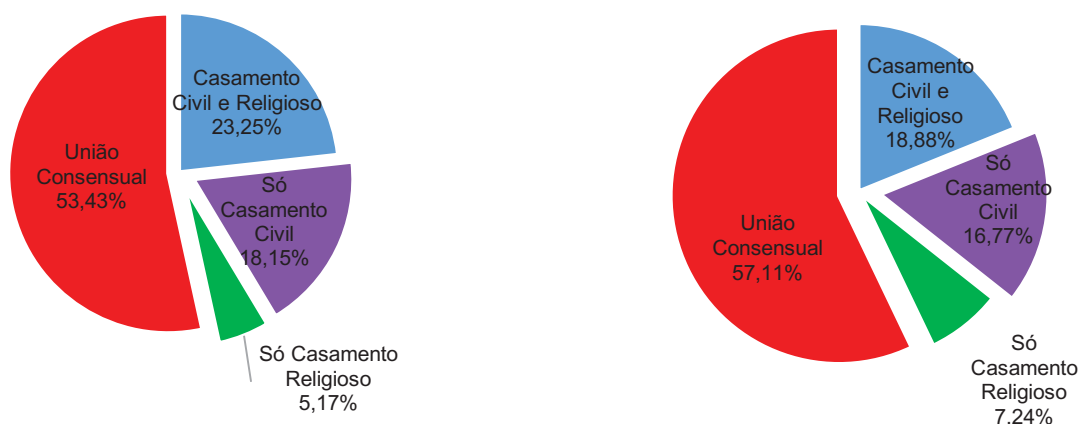
Tabela 4 - Extrema Pobreza – Estado Civil

<i>Estado Civil</i>	<i>Freq. Absoluta</i>	<i>Freq. Relativa</i>	<i>Freq. Acumulada</i>
<i>Solteiro(a)</i>	18.278	89,33	89,33
<i>Casado(a)</i>	1.109	5,42	94,75
<i>Separado(a) judicialmente</i>	195	0,95	95,7
<i>divorciado(a)</i>	522	2,55	98,26
<i>Viúvo(a)</i>	357	1,74	100
Total	20.461	100	

Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

Porém, ao responderem à pergunta complementar sobre a natureza da união, 53,43% das pessoas pobres declararam viver apenas uma união consensual. Da mesma forma, as pessoas em extrema pobreza, responderam em sua maioria, 57,11%, que a natureza da união, é consensual. O resultado para todos os tipos de união pode ser visto na Figura 6.

Figura 6 – Pobreza e Extrema Pobreza – Natureza da União



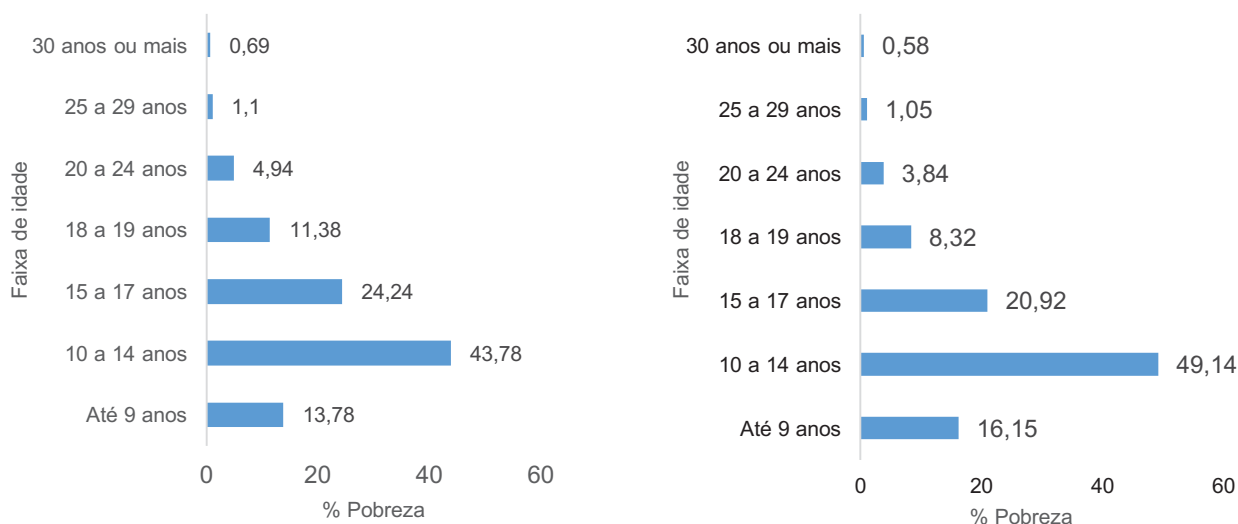
Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

Ao fazer uma análise dessas duas informações (estado civil e natureza da união) juntas, é possível ver claramente que as pessoas que se encontram nas menores faixas de renda, pobreza e extrema pobreza, costuma relacionar-se de forma mais informal. Isso, pois, talvez vejam uma menor importância em confirmar a união de forma legal ou perante a religião.

4.7 TRABALHO

Em uma análise complementar, sobre a faixa de idade em que as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza começaram a trabalhar, pode-se observar na Figura 7 que a maioria dos respondentes declarou ter começado a trabalhar entre 10 e 14 anos, 43,78% para a linha de pobreza e 49,14% para a extrema pobreza.

Figura 7 - Pobreza - Faixa de idade que começou a trabalhar



Fonte: elaborada pela autora (2016) – com base na PNAD (2014)

Ainda, se somadas as três primeiras faixas de idade, que correspondem a crianças e adolescentes menores de idade, este valor fica em 81,8% para a pobreza e 86,21%, para a extrema pobreza. É provável que estes jovens tenham começado a trabalhar para contribuir no orçamento familiar.

Contudo, começar a trabalhar ainda muito jovem não seria um problema (desde que de acordo com as leis trabalhistas), o problema é quando estes jovens começam a trabalhar e optam por não frequentar mais a escola. Este é um fator preocupante, pois estes jovens decidem parar de estudar para trabalhar e auferir rendimentos no presente, mas comprometem seus futuros, pois como já visto anteriormente neste capítulo, a escolaridade está intimamente ligada com níveis socioeconômicos.

Conclui-se então a análise de todos os resultados encontrados e assim findando também este capítulo, passa-se agora as considerações finais, último capítulo deste estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha como objetivo fazer um estudo sobre a população economicamente vulnerável. Para isto, foi considerado o conceito de pobreza absoluta, como aquela onde as pessoas não possuem rendimentos para satisfazer suas necessidades mínimas de sobrevivência. Já para a extrema pobreza a definição é de pessoas com rendimentos ainda menores, que não são suficientes nem para a alimentação.

Para separar essa faixa da população a ser examinada, utilizou-se do conceito de linha da pobreza como meio salário mínimo nacional de 2014 e linha de extrema pobreza como um quarto do mesmo salário mínimo.

Estando então definida a população, analisou-se, através de uma metodologia quantitativa, o perfil socioeconômico, através das variáveis: idade, sexo, raça, escolaridade, estado civil e estado brasileiro em que vivem.

Tendo conseguido alcançar os objetivos propostos, os resultados revelaram que a maior parte da população em situação de vulnerabilidade e de extrema vulnerabilidade econômica são jovens menores de idade, do sexo feminino (52,78% para a pobreza e 53,71% para a extrema pobreza), de cor parda (61,43% e 64,11% respectivamente), com quase nenhuma ou pouquíssima escolaridade, solteira (87,38% e 89,33%) e residente no estado da Bahia (10,49% e 11,49%).

Espera-se que este resultado, que apresentou importantes características da população vulnerável, possa contribuir com políticas públicas. Estas, com a contribuição dos resultados encontrados, têm a possibilidade de se tornarem ainda mais efetivas, se focadas em planos de ação para os maiores grupos de cada variável.

Fica ainda, a possibilidade de se realizar esta análise de perfil de forma regionalizada, calculando todas as demais variáveis para cada região brasileira, e assim encontrar um perfil de vulnerabilidade para cada estado ou região.

Da mesma forma, como também seria interessante esmiuçar os dados para descobrir porque a maior parte da população economicamente vulnerável são os jovens.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio Henrique. **Os Despossuídos: Crescimento e Pobreza no País do Milagre**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 93 p.

ARAUJO, Jair Andrade; MORAIS, Gabriel Alves de S. **DESIGUALDADE DE RENDA E SUA DECOMPOSIÇÃO NO BRASIL E NAS REGIÕES BRASILEIRAS**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p.35-51, dez. 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. in **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006. 446 p. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade de renda no Brasil - v. 1.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Evolução recente da pobreza e da desigualdade: marcos preliminares para a política social no Brasil**. In: BARROS, Ricardo Paes de et al. **Pobreza e política social**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 11-31

BRASILa. PORTAL BRASIL. **Um país menos desigual: pobreza extrema cai a 2,8% da população**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASILb. Ministério da Educação. **Informações Gerais sobre a PNAD**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12521:inf>>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASILc. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASILd. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Microdados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_microdados.shtm>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASILE. PORTAL BRASIL. **População brasileira ultrapassa 202 milhões de pessoas**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/08/populacao-brasileira-ultrapassa-202-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 23 out. 2016

BRASILf. PORTAL BRASIL. **Brasil tem quase 900 mil índios de 305 etnias e 274 idiomas**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idiomas>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASILg. PORTAL BRASIL. **Estudo aponta distribuição da população por cor ou raça**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e->

justica/2013/11/estudo-aponta-distribuicao-da-populacao-por-cor-ou-raca>. Acesso em: 11 nov. 2016.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Dimensão e mensuração da pobreza na Bahia**. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/110701_pobrezabahiaabraham.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.

COSTA, Alfredo Bruto da. **Conceito de pobreza**. São Paulo: Estudos de Economia, 1984. 22 p. 4 v.

DEMO, Pedro. **Combate à Pobreza: Desenvolvimento como Oportunidade**. Campinas: Autores Associados, 1996. 212 p.

FREITAS, Maria do Carmo. **Pobreza e Exclusão Social**. Coimbra: 2010. 44 p. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009011.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios contínua: Notas Metodológicas**. Rio de Janeiro, 2014. 1 v. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, p.79-112, jan. 2006.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; SULIANO, Daniel Cirilo. **AS PRINCIPAIS LINHAS DE POBREZA UTILIZADAS NO BRASIL**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2009. 10 p. 38. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_38.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p.

MATA, Milton da. **Concentração de renda, desemprego e pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970**. Rio de Janeiro: Ipea/INSPE, 1979. 172 p.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro. Gasto público, tributos e desigualdade de renda no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 1844**, Brasília, p.7-35, jun. 2013. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1281/1/TD_1844.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

ROCHA, Sonia. **A pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003. 244 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=06HDRhYrmRgC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 28 mar. 2016

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2000. 409p.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL DE 1976 A 2004 COM ÊNFASE NO PERÍODO ENTRE 2001 E 2004. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 1166**, Brasília, p.7-27, fev. 2006.

TEIXEIRA, P. P. O impacto da escolaridade da população sobre a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil: 1993-2011. 2015. 88p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

VASCONCELOS, Lia. Sociedade - As dimensões da pobreza. **Desafios do Desenvolvimento: A revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 11 jan. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 19 abr. 2016.